

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672597151>

O uso da Teoria Política do Discurso no Estudo da Organização da Resistência: uma análise das publicações acadêmicas

The Use of Discourse Theory in the Study of Resistance Organizations: an Analysis of Academic Publications

L'utilisation de la Théorie Politique du Discours dans l'Étude des Organisations de Résistance: une analyse des publications académiques

El uso de la Teoría Política del Discurso en el Estudio de las Organizaciones de Resistencia: un análisis de las publicaciones académicas

 **Alice Franz**

Universidade Federal do Rio Grande

 **Eloise Helena Livramento Dellagnelo**

Universidade Federal de Santa Catarina

 **Felipe Amaral Borges**

Universidade Federal do Rio Grande

 **Monique Nascimento**

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A Teoria Política do Discurso, formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, tem sido mobilizada em diferentes campos para a análise de processos de resistência e disputas contra-hegemônicas. Este artigo realiza uma revisão de literatura de publicações nacionais e internacionais que utilizam a TPD como eixo teórico central, buscando compreender como a teoria tem sido empregada na análise da organização e articulação da resistência. A pesquisa, qualitativa, resultou na análise de 41 artigos, predominantemente das áreas de Ciência Política, Administração e Ciências Sociais. Os resultados evidenciam o potencial analítico da TPD para compreender a constituição de sujeitos políticos, antagonismos e cadeias de equivalência em processos de resistência. Contudo, observou-se predominância de estudos centrados na contestação da hegemonia, com menor aprofundamento acerca dos modos organizativos, estratégias articulatórias e condições materiais envolvidas na consolidação de projetos contra-hegemônicos e hegemonias alternativas.

Palavras-chave: Teoria Política do Discurso; Resistência; Organização; Contra-hegemonia.

Abstract: Discourse Theory, formulated by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, has been mobilized across different fields to analyze processes of resistance and counter-hegemonic struggles. This article presents a literature review of national and international publications that employ DT as their central theoretical framework, aiming to understand how the theory has been used to analyze the organization and articulation of resistance. The qualitative research resulted in the analysis of 41 articles, predominantly from the fields of Political Science, Administration, and Social Sciences. The findings highlight the analytical potential of DT for understanding the constitution of political subjects, antagonisms, and chains of equivalence in processes of resistance. However, the review also revealed a predominance of studies focused on contesting hegemony, with less emphasis on organizational modes, articulatory strategies, and material conditions involved in the consolidation of counter-hegemonic projects and alternative hegemonies.

Keywords: Political Discourse Theory; Resistance; Organization; Counter-hegemony.

Résumé: La Théorie Politique du Discours, formulée par Ernesto Laclau et Chantal Mouffe, a été mobilisée dans différents champs pour l'analyse des processus de résistance et des luttes contre-hégémoniques. Cet article propose une revue de la littérature portant sur des publications nationales et internationales qui utilisent la TPD comme cadre théorique central, afin de comprendre comment cette théorie a été mobilisée dans l'analyse de l'organisation et de l'articulation de la résistance. La recherche, de nature qualitative, a conduit à l'analyse de 41 articles, principalement issus des domaines de la science politique, de l'administration et des sciences sociales. Les résultats mettent en évidence le potentiel analytique de la TPD pour comprendre la constitution des sujets politiques, des antagonismes et des chaînes d'équivalence dans les processus de résistance. Toutefois, une prédominance d'études centrées sur la contestation de l'hégémonie a été observée, avec une moindre attention portée aux modes organisationnels, aux stratégies articulatoires et aux conditions matérielles impliquées dans la consolidation de projets contre-hégémoniques et d'hégémonies alternatives.

Mots-clés : Théorie du Discours Politique; Résistance; Organisation; Contre-hégémonie.

Resumen: La Teoría Política del Discurso, formulada por Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, ha sido movilizada en distintos campos para el análisis de procesos de resistencia y disputas contrahegemónicas. Este artículo realiza una revisión de la literatura de publicaciones nacionales e internacionales que utilizan la TPD como eje teórico central, buscando comprender cómo la teoría ha sido empleada en el análisis de la organización y articulación de la resistencia. La investigación, de carácter cualitativo, resultó en el análisis de 41 artículos, predominantemente de las áreas de Ciencia Política, Administración y Ciencias Sociales. Los resultados evidencian el potencial analítico de la TPD para comprender la constitución de sujetos políticos, antagonismos y cadenas de equivalencia en procesos de resistencia. Sin embargo, se observó un predominio de estudios centrados en la contestación de la hegemonía, con menor profundización en los modos organizativos, estrategias articulatorias y condiciones materiales implicadas en la consolidación de proyectos contrahegemónicos y hegemonías alternativas.

Palabras clave: Teoría Política del Discurso; Resistencia; Organización; Contrahegemonía.

Introdução

As lutas sociais e as práticas de resistência ocupam um lugar central no campo das investigações sociológicas, envolvendo reflexões que vão desde as críticas às estruturas de dominação até a análise de processos de subjetivação e agência. Dito isso, compreender como os sujeitos resistem e reconfiguram ordens sociais ainda se mostra uma questão desafiadora, especialmente diante da complexidade dos antagonismos contemporâneos e das múltiplas formas de articulação política.

Nesse contexto, abordagens pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas como a da Teoria Política do Discurso (TPD), proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, oferecem contribuições relevantes e um potencial analítico sobretudo ao colocar ênfase na dimensão política e discursiva do social. A partir dela é possível compreender que todo discurso é politicamente construído, articulando demandas de distintos atores sociais, as quais constroem um sentido mais amplo que as representa. Destarte, os discursos não só constroem diferenças sociais, ao articular interesses e excluir outros, como também buscam tornar-se hegemônicos no campo da discursividade (Laclau; Mouffe, 2015).

Estudos em diferentes áreas do conhecimento têm mobilizado a TPD como ferramenta teórica e analítica para compreender a emergência de sujeitos políticos, processos de identificação e constituição de identidades coletivas em diferentes contextos. No entanto, apesar da crescente mobilização desta teoria, especialmente no que tange à análise de processos de resistência e contra-hegemonia, identifica-se uma lacuna quanto à sistematização sobre como ela vem sendo mobilizada na análise de tais processos.

Além disso, torna-se igualmente importante salientar que o interesse por compreender os processos de resistência emergiu originalmente em nossas investigações no campo da Administração, mais especificamente nos Estudos Organizacionais, onde se observam limites importantes para compreender fenômenos organizativos que escapam à lógica formal, instrumental e hierarquizada de organização. Neste campo, a análise da resistência exige um alargamento do conceito de organização e o reconhecimento de práticas que se articulam por meio de lógicas não convencionais, frequentemente coletivas, horizontais e contra-hegemônicas (Spicer; Böhm, 2007). A aproximação com a Teoria Política do Discurso (TPD), nesse contexto, surgiu como uma resposta teórica promissora para compreender tais articulações, deslocando o foco da estrutura para o discurso, da instituição para o antagonismo, da gestão para a política. É a partir desse percurso que este trabalho se insere na interface com as Ciências Sociais ao explorar como a TPD vem sendo mobilizada para compreender processos de contestação e resistência.

Diante disso, o presente artigo apresenta uma revisão de literatura de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais que utilizam a Teoria Política do Discurso como eixo teórico central para analisar processos de resistência. Por meio desta revisão, busca-se identificar como a TPD tem sido mobilizada, em distintos campos e contextos, visando identificar como a resistência tem sido organizada e articulada. Desta

forma, busca-se contribuir com o aprofundamento do debate acerca da organização da resistência, das principais estratégias utilizadas, objetos privilegiados e discussões mobilizadas. Ademais, busca-se, argumentar, a partir da construção deste levantamento, que a TPD, ao possibilitar a compreensão da resistência enquanto um processo discursivo e articulatório, fornece uma importante ferramenta analítica para compreender os diferentes modos pelos quais sujeitos políticos são constituídos, antagonismos são formados e hegemonias são contestadas. Deste modo, ao realizar esse esforço de sistematização da utilização da TPD em estudos sobre processos de resistência, torna-se possível evidenciar o potencial explicativo e analítico desta teoria, bem como delinear as limitações metodológicas e analíticas observadas na literatura.

A teoria política do discurso: principais conceitos e categorias

O entendimento da teoria proposta por Laclau e Mouffe (2001) como Teoria Política do Discurso passa pela compreensão da forma como o discurso é entendido pelos autores. O discurso não é, para Laclau e Mouffe (2001), uma sequência de palavras ou um conjunto de textos. Não há distinção entre discurso e prática (Mendonça, 2003). A abordagem do discurso, na teoria laclauniana, incorpora tanto as operações linguísticas quanto as extralinguísticas. Descreve Mendonça (2008, p. 60): “O discurso constitui relações sociais, na medida em que estas são significativas em termos discursivos”. Segundo Howarth e Stravakakis (2000), o foco da teoria política do discurso é a forma como algumas práticas sociais articulam e contestam os discursos que constituem a realidade social.

Concretamente, o discurso é o sistema de práticas e relações sociais, intrinsecamente políticas, cuja formação é um ato de instituição radical, envolvendo a formação de antagonismos e delineando as fronteiras políticas entre aqueles que estão no interior do sistema de significação e aqueles que estão para além das fronteiras deste sistema (Howarth; Stravakakis, 2000).

Frente ao entendimento de que os sentidos sociais são sempre incompletos e mal fechados, defende-se que fixações parciais, precárias e contingentes de sentidos são possíveis. Quando os sentidos são fixados e um conteúdo particular encarna uma função de plenitude ausente, se observa uma ordem hegemônica. Para tanto, são necessárias práticas articulatórias, que são também, práticas hegemônicas, mediante as quais se estabelece determinada ordem e se fixa o significado (Mouffe, 2007). Em outras palavras, o processo de constituição de uma ordem hegemônica parte de um discurso particular que consegue representar discursos ou identidades até então dispersas (Laclau; Mouffe, 2011).

Cabe destacar que a prática articulatória envolve, pois, a fixação/desfixação de um sistema de diferenças que ultrapassa sobremaneira os fenômenos linguísticos, atravessando as instituições, os rituais e as práticas sociais, de maneira geral, em busca de sua estruturação (Laclau; Mouffe, 2001). Pode-se dizer, portanto, que a articulação de diferentes projetos políticos em torno de diferentes pontos de fixação (pontos nodais) requer que esta posição seja compatível com os projetos ali articulados. Laclau e Mouffe (2001) resolvem esta condição a partir da identificação de significantes vazios. De acordo com Laclau (2011, p.

67), “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado”. Acrescenta-se a definição de Mendonça (2007), para quem os significantes são esvaziados quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata. Tal fenômeno ocorre quando a expansão de uma cadeia de equivalência é tão grande que a prática articulatória expande em muito a agregação de elementos a um dado discurso.

Assim, um discurso que consegue articular outros em torno de si exerce uma função de representação (Mendonça, 2007). Contudo, a representação nunca é satisfeita integralmente, dada a complexidade resultante das disputas políticas de múltiplos interesses. O autor acrescenta que, apesar do esvaziamento de conteúdos específicos do significante, são perceptíveis os seus limites que, segundo Laclau, são sempre antagônicos. Estes limites de significação nunca são neutros e pressupõem uma exclusão. Em outras palavras, o que está além da fronteira de exclusão representa a negatividade, ou ameaça àquilo que está contido no interior do sistema. Os vários elementos contidos neste lado do limite compartilham esta característica identitária, na mesma medida em que suas diferenças internas lhes conferem uma identidade. O cancelamento de tais diferenças se dá por meio da formação de uma cadeia de equivalência. Emerge, então, um significante vazio “anunciando a si mesmo por meio dessa lógica em que as diferenças se dissolvem em cadeias equivalenciais” (Laclau, 2011. p.71).

Tais cadeias são os movimentos por meio dos quais diferenças identitárias são suspensas/subvertidas - em relação àquilo que sustenta a sua articulação. Um dado significado é parasitado por outro (ou outros tantos) a ponto de ser subvertido (Laclau; Mouffe, 2001). Esta nova formação, então, iguala, em certa medida, a todos para os quais a nova significação é suficientemente representativa. O processo que está por trás desta formação é denominado pelos autores de lógica da equivalência. Considerando a formação de identidades diferenciais, “esta lógica [a lógica da equivalência] funciona pela criação de identidades equivalentes que expressam a pura negação de um sistema discursivo” (Howarth; Stravakakis, 2000, p. 11).

Se por um lado temos o estabelecimento de lógicas de equivalência, por outro, Laclau e Mouffe (2001) definem a lógica da diferença como o processo pelo qual se dissolvem as cadeias de equivalência existentes, e se incorporam elementos desarticulados a uma dada formação discursiva. Laclau (2011, p. 59) afirma que toda relação antagônica é dotada de ambiguidade, e que, mesmo na oposição a certas formas de poder, é possível haver identificação com os lugares a partir dos quais a oposição se dá. Assim, nunca me é possível constituir uma identidade plena, e a “ambiguidade como tal não pode ser propriamente resolvida”.

Para Norval (2000, p. 222), “as lógicas da equivalência e da diferença, permanecendo em uma relação de tensão uma em relação à outra, são ambas necessárias à individuação de uma identidade”. Na esteira da diferença, o antagonismo é questão explorada por Mouffe (2005) e Laclau e Mouffe (2001), sendo considerado por Mendonça (2008. p. 161) como “a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou finalístico, a toda lógica

discursiva”. O discurso antagônico, contudo, é sempre exterior à minha identidade, refere-se àquilo que nego e confirmo no processo de negação e, assim, constitui-se da mesma forma, precária e contingente. Um sentido objetivo pleno, portanto, nunca é alcançado. Assim, “[...] o ponto fundamental para o entendimento da relação antagônica é que essa ocorre entre um ‘exterior constitutivo’ que ameaça a existência de um ‘interior’” (Mendonça, 2008 p. 161).

Mendonça (2012) destaca que a compreensão do antagonismo, no sentido proposto por Laclau e Mouffe (2001), pressupõe o entendimento de que as relações políticas se dão não entre identidades já prontas. De forma mais específica “os autores entendem que não podemos considerar identidades políticas num sentido essencialista, ou seja, como constituídas antes da própria relação antagônica” (Mendonça, 2012, p. 207). O antagonismo corresponde, assim, não só a uma posição do sujeito, mas também ao instante em que ele se constitui como tal. O antagonismo é tomado como uma condição para o estabelecimento de identidades políticas em um campo discursivo. (Mendonça, 2012).

Para Howarth e Stravakakis (2000), a construção de antagonismos sociais é central para a teoria do discurso, eis que revela um limite em que o significado social é contestado e não se estabiliza. O antagonismo caracteriza um ponto em que a identidade não está mais fixada em um sistema diferencial, mas é contestada por forças externas à ordem existente (Norval, 2000). Tal impedimento se dá mutuamente (Howarth; Stravakakis, 2000), uma vez que as identidades – constituídas de forma diferencial – são mutuamente excludentes.

A formação de identidades, e o trânsito dos indivíduos por entre estas, decorrem de uma série de movimentos de significação no interior de um discurso. Nesse ínterim, entende-se que a evidência da contingência de um discurso é o processo denominado deslocamento. Este representa um descentramento da estrutura social que promove uma crise das identidades existentes (Howarth; Stravakakis, 2000). Tais crises, representam, então, uma falta ao nível da significação que exige a construção de novas formações discursivas. Essa nova formação é vista por Barros (2009) como uma resposta a uma necessidade de significação dentro de uma realidade discursiva que já não faz mais sentido. Dito de outra forma, um deslocamento representa uma situação que já não encontra respostas no interior de uma dada ordem hegemônica.

Isto posto, será versado, no tópico a seguir, acerca dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo tem cunho qualitativo, realizado a partir de uma revisão de literatura, tendo como guia o método Systematic Search Flow, de Ferenhof e Fernandes (2016). A revisão de literatura, segundo os autores, é útil para traçar um panorama atual acerca do conhecimento científico sobre o tema proposto, bem como para identificar possíveis lacunas a serem exploradas em futuros estudos (Flow; de Ferenhof; Fernandes, 2016).

Diante disso, optou-se pela coleta de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais utilizando-se como ferramenta de busca as bases de dados Ebsco, Scielo, Scopus, Spell e Web of Science, por meio dos seguintes descritores em português e em inglês: (“teoria política do discurso” OR “teoria do discurso político” OR “teoria do discurso” OR “teoria neogramsciana”) AND (“laclau e mouffe” OR “laclau” OR “mouffe”).

Para a seleção dos trabalhos, obedeceu-se aos seguintes critérios de inclusão: a) artigos científicos publicados em periódicos nacionais e/ou internacionais; b) estar disponibilizado de forma online e gratuita (all open access); c) conter os descritores mencionados nos campos “título, resumo ou palavras-chave”; d) abordar a Teoria Política do Discurso como eixo teórico central; e) abordar, de alguma forma, a temática da resistência.

Após a primeira busca (realizada em janeiro de 2022), foi selecionado um universo 1.758 artigos, sendo 604 na Ebsco, 169 na Scielo, 163 na Scopus, 16 na Spell e 806 na Web of Science, os quais foram organizados com o auxílio do software gerenciador de bibliografias Endnote.

Posteriormente, os artigos duplicados foram excluídos, resultando em um total de 1.039 artigos. Devido ao alto número de artigos, procedeu-se a uma segunda filtragem no software Endnote utilizando-se como parâmetro as seguintes palavras, as quais deveriam estar contidas no resumo dos artigos: “Political Discourse Theory”, “Discourse Theory”, “Political Theory of Discourse”, “Neo-gramscian Theory”, “Laclau”, “Laclau and Mouffe”, “Laclau e Mouffe”, “Teoria Política do Discurso”, “Teoria do Discurso Político”, “Teoria do Discurso”, “Teoria Neogramsciana”. Também foram inclusas as seguintes variações: “Discourse theory”, “Ernesto Laclau and Chantal Mouffe”, “Teoria Laclauniana”, “Teoría del Discurso”, “Teoría Política del Discurso”, “Teoria del Discurso”, “Laclau & Mouffe”, “Laclau y mouffe”, “Laclau et Mouffe”.

Após essa segunda filtragem, 367 foram selecionados, tiveram seus títulos, resumos e palavras-chaves lidos de forma integral e, por não atenderem aos critérios de abordar a Teoria Política do Discurso como eixo teórico central e, sobretudo por não abordar de alguma forma a temática da resistência, 326 artigos foram excluídos da análise, resultando em 41 artigos que integraram o corpus desse levantamento, os quais foram lidos na sua totalidade. A partir da sistematização dos artigos analisados, a construção da presente pesquisa possibilitará a sistematização e o desenho de um panorama acerca do uso da Teoria Política do Discurso no estudo da resistência.

A organização da resistência: uma análise das pesquisas acadêmicas

Dois caminhos foram trilhados na análise dos trabalhos identificados na revisão que esta pesquisa propõe: um que busca traçar algumas características gerais da produção acadêmica, tais como distribuição temporal, por área de conhecimento e geográfica; e outro que pretende traçar uma análise sobre o uso da teoria no estudo das disputas hegemônicas em termos gerais e também especificamente no que tange à organização desses movimentos.

Aspectos gerais da produção acadêmica analisada

Os artigos selecionados estão distribuídos entre os anos de 2011 a 2021, sendo o maior número de publicações encontrado no ano de 2018, com seis artigos. O fato das publicações acerca do uso da Teoria Política do Discurso no âmbito do estudo da resistência estarem concentradas nos últimos dez anos parece demonstrar ser essa uma articulação recente e emergente. Foi possível observar, também, um crescimento das publicações nos últimos cinco anos, sendo 29 artigos publicados entre 2016 a 2021, o que denota um aumento no interesse de pesquisadores de diferentes áreas, tanto no uso da TPD, quanto no estudo de práticas de resistência.

Ao olhar para a área de conhecimento das publicações, percebe-se uma grande concentração dos estudos na área das Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política (14 estudos), bem como na área de Administração e Estudos Organizacionais (11 estudos) e da Geografia, planejamento e estudos urbanos (8 estudos). Ainda que em menor número, a área das Ciências Ambientais (03 estudos), da Comunicação (03 estudos), da Educação (01 estudo) e da Economia Política (01 estudo) também registraram artigos. Esse interesse demonstra o caráter interdisciplinar presente na teoria e o amplo alcance que possui ao possibilitar a compreensão de diferentes fenômenos.

Ao total, foram identificados 65 autores e coautores, sendo que, desse total, apenas seis fazem parte de dois ou mais artigos, havendo, portanto, uma certa diversificação de autoria. Os autores que mais publicaram são: Sérgio Carvalho Benício de Mello (05 artigos), Eloise Helena do Livramento Dellagnelo (03 artigos), Nico Carpentier (02 artigos), Rebeca de Moraes Ribeiro de Barcellos (02 artigos), Carlos César de Oliveira Lacerda (02 artigos) e Koen van Bommel (02 artigos).

Com relação à distribuição geográfica, há uma grande concentração de autores vinculados a países da Europa. Dos 41 artigos, 26 possuem autores vinculados a universidades Europeias, 10 deles com autores de universidades da América Latina, 02 da Oceania e os demais advindos da Ásia e África.

Do total de 34 periódicos, 24 deles são europeus, sendo 19 somente do Reino Unido. Os demais (08) são latino-americanos e norte-americanos (02). Percebe-se que existe a consolidação de um centro de estudos localizado na Europa, principalmente no Reino Unido, local de origem do trabalho de Laclau e Mouffe, que tem produzido e disseminado conhecimento científico acerca da utilização da Teoria Política do Discurso para análise da resistência. Ainda que seja uma produção eurocentrada, que privilegia objetos e questões de estudos locais, percebe-se que a América Latina, especificamente o Brasil, tem despertado para estudos pós-estruturalistas que contribuem para o entendimento de questões específicas desse contexto.

Dentre os 34 periódicos identificados, quatro deles se destacaram por terem publicado duas ou mais pesquisas, sendo eles: a) Critical Discourse Studies (03 artigos); b) Environment and Planning C: Politics and Space (02 artigos); c) Organization Studies (02 artigos); c) Antipode (02 artigos). São periódicos que publicam, respectivamente, questões que envolvem a relação entre discurso e dinâmica social, falam sobre espacialização da

política e a politização das relações espaciais, buscam promover a compreensão acerca das organizações e da vida organizada e tentam evidenciar a vantagem do olhar crítico da geografia.

Outro aspecto analisado refere-se aos autores articulados em conjunto com a Teoria Política do Discurso. A grande maioria dos estudos se apoia nas categorias teóricas elaboradas por Laclau e Mouffe com objetivo de buscar compreender as articulações, os discursos e as disputas e lutas travadas em torno de determinadas questões. Porém, em um número menor de artigos, observou-se, de forma complementar, o uso de alguns outros aportes teóricos. Dentre eles, os mais citados são Michel Foucault, a partir de suas noções de arqueologia do saber e de governamentalidade, bem como Jason Glynos e David Howarth, a partir do uso das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas. Outros autores que também figuraram enquanto aporte teórico complementar referem-se à Normal Fairclough, a partir da abordagem da Análise Crítica do Discurso, Jacques Rancière, acerca de suas teorizações sobre o sensível, a ação política e a igualdade, bem como Oliver Marchart.

O uso da TPD no estudo das disputas hegemônicas: onde a resistência está localizada?

Um primeiro aspecto que se buscou analisar a partir do levantamento proposto refere-se às delimitações empíricas, ou seja, os loci de estudo privilegiados, buscando entender em que contextos a resistência se manifesta. A partir da análise, observou-se uma predominância de disputas em contextos urbanos e ambientais, sendo recorrente disputas que envolvam territórios, espaços públicos, meio ambiente e mudanças climáticas. Isso pode ser observado nos estudos de Atkins (2018) acerca da construção de uma barragem hidrelétrica em Belo Monte no Brasil, de Tafon, Howarth e Griggs (2019) sobre o planejamento espacial marinho na Estônia, de Bastos e Mello (2017) sobre o fechamento da Avenida Paulista em São Paulo, entre outros. Essa diversidade de loci empíricos parece revelar um aspecto importante dos movimentos de resistência no contexto contemporâneo: pode emergir a partir da articulação de sujeitos múltiplos, em contextos também diversos.

Além disso, observou-se que, nas experiências de resistência analisadas, atuam como atores centrais tanto movimentos sociais formalizados, ONGs e sindicatos, quanto coletivos, grupos culturais e iniciativas da sociedade civil que se organizam de forma não institucionalizada. Esses atores abrangem desde movimentos urbanos, ambientais, identitários e culturais até, em menor escala, sindicatos e partidos políticos. Ou seja, percebe-se que os processos de resistência combinam a ação de grupos que transitam entre a esfera institucionalizada e formas mais autônomas de organização.

Essas questões reverberam na prevalência de determinados temas recorrentes, especialmente disputas relacionadas ao meio ambiente, a conflitos socioambientais e à sustentabilidade (como, por exemplo, em Atkins, 2018; Otto; Leibenath, 2014; Tregidga; Milne; Kearins, 2018; Kenis; Mathijs, 2014), bem como disputas que envolvem o espaço urbano e outros territórios (como, por exemplo, em Tafon; Howarth; Griggs, 2019; Santos; Mello, 2021; Popartan et al., 2020; Lacerda; Mello, 2020; 2017; Mert, 2019; Mello et al., 2012). Deste modo, a resistência aparece, em geral, vinculada sobretudo à espaços de disputa

material e simbólica, seja relacionada ao território, à infraestrutura, às práticas culturais ou a questões ambientais. Isso porque, a título de hipótese, os antagonismos em casos onde existe disputa por espaço ou por recursos, por exemplo, tende a se tornar mais visível e identificável.

Por exemplo, Atkins (2018) analisa as disputas em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, mostrando como coalizões pró-barragem mobilizaram narrativas de sustentabilidade para legitimar o projeto, ao mesmo tempo em que ocultaram seus impactos sociais e ambientais negativos, esvaziando o conceito de sustentabilidade. Tafon, Howarth e Griggs (2019) discutem o planejamento e ordenamento do espaço marinho, abordando a resistência local a um projeto de geração de energia eólica na Estônia. Já Popartan et al. (2020) examinam as mobilizações em torno da municipalização da água em Barcelona, envolvendo atores político-sociais e empresas privadas. Bastos e Mello (2017) exploram os conflitos relacionados ao fechamento de uma importante avenida de São Paulo para o trânsito de veículos, em favor de pedestres. Por sua vez, Santos e Mello (2021) oferecem uma leitura crítica do discurso de um movimento social urbano em Recife (PE), buscando entender como o movimento desafia o urbanismo hegemônico e propõe alternativas discursivas para as questões urbanas contemporâneas.

Ainda que em menor número, observa-se também a presença de estudos que abordam temas como usos da tecnologia, disseminação de notícias falsas, políticas governamentais, educação inclusiva, economia política e questões culturais, todos analisados sob a perspectiva da Teoria Política do Discurso e tratados como objetos de disputa, luta e resistência. Em síntese, esses são os temas que mais frequentemente atravessam os trabalhos examinados.

Fontes e métodos: como a resistência tem sido estudada e analisada?

Em relação aos aspectos metodológicos, a análise da literatura mostra que há um predomínio do uso de dados secundários, como entrevistas já publicadas em mídias, materiais de divulgação de movimentos, discursos políticos e documentos oficiais (por exemplo, Van Bommel; Spicer, 2011; Fraser, 2017; Tregidga; Milne; Kearins, 2018; Ashraf; Muhammad; Hopper, 2019; Chazel; Vázquez, 2020; Casado, 2021; Popartan et al., 2020). Esse tipo de fonte é relevante, uma vez que a TPD tem como premissa central o exame do discurso enquanto prática articulatória, muitas vezes materializada em textos, falas públicas e intervenções midiáticas.

Ao mesmo tempo, identificou-se um número menor de estudos que investem na coleta de dados primários, como entrevistas em profundidade, observações participantes ou etnografias (Barcellos; Dellagnelo, 2014; Barcellos; Dellagnelo; Salles, 2014; Tafon; Howarth; Gleiss, 2017; Gidlund, 2018; Filimonov; Carpentier, 2021; Ferns; Amaeshi, 2021; Santos; Mello, 2021). Essas estratégias podem contribuir para captar nuances mais aprofundadas dos processos de resistência, especialmente no que diz respeito à compreensão das práticas de articulação, às dinâmicas internas dos grupos e aos processos de identificação coletiva que fundamentam a construção de cadeias de equivalência.

Alguns trabalhos, no entanto, se destacam por descrever com maior detalhamento suas escolhas metodológicas, como no estudo de Ashraf, Muhammad e Hopper (2019), o qual descreve detalhadamente o método utilizado para analisar a disputa em torno do discurso sobre avaliação da privatização de uma mina no Paquistão. Os autores destacam o aumento do uso da TPD em pesquisas do campo das organizações e apontam também para a escassez de informações acerca dos processos de análise utilizados nos estudos.

Neste caso (Ashraf; Muhammad; Hoper, 2019), foi realizada uma detalhada reconstrução da formação dos discursos em torno do tema, destacando os momentos em que se observam deslocamentos e como a venda da mina se configurou como ponto nodal. Para tanto, os pesquisadores fizeram um extenso levantamento de matérias de jornais, publicações do governo e de forças militares envolvidas, bem como da sociedade civil e decisões judiciais. Após isso, reconstruíram a cronologia, situando cada artigo, e aplicaram técnicas de lexicometria, acrescentando uma dimensão linguística à análise.

No caso dos estudos que analisam o coletivo Fora do Eixo (Barcellos; Dellagnelo, 2014; Barcellos; Dellagnelo; Salles, 2014), as autoras contaram com uma grande quantidade de dados oriundos de publicações na internet, palestras e vídeos. Destacam que o coletivo tem uma estratégia de muita exposição midiática o que facilitou o acesso ao conteúdo. Entretanto, foram acrescentados também dados primários obtidos por meio de observações e entrevistas, buscando compreender a história da organização do ponto de vista dos seus participantes e os sentidos atribuídos por eles. Para análise dos dados, as autoras buscaram identificar as categorias da TPD - notadamente articulação e lógica de equivalência - presentes nas práticas discursivas do grupo.

De forma semelhante, Santos e Mello (2021) combinam análise documental, entrevistas e observação participante, utilizando inclusive ferramentas como o software NVIVO para identificar recorrências discursivas. Os autores mencionam que também participaram de reuniões, eventos, atos públicos e audiências públicas nas quais o movimento Direitos Urbanos participava ou havia convocado/organizado.

É importante destacar que, embora a resistência seja frequentemente compreendida enquanto uma articulação discursiva entre sujeitos coletivos distintos, a forma como esses sujeitos se organizam discursiva e politicamente ainda é pouco detalhada. Poucos estudos conseguem capturar a lógica interna das alianças e equivalências, elementos centrais para compreender o “organizar” da resistência.

Dessa forma, destaca-se que o trabalho com dados secundários, frequente em estudos que utilizam o cabedal da Teoria Política do Discurso, não constitui uma limitação em si, mas pode ser complementado, em alguns casos, com dados primários que aprofundem aspectos como processos de identificação, deslocamentos discursivos e articulações cotidianas. Essa combinação pode contribuir para uma leitura mais aprofundada sobre como a resistência se organiza, especialmente quando se trata de captar as dinâmicas internas e relações que não se tornam visíveis apenas pela análise de textos ou documentos públicos.

A mobilização dos conceitos da teoria política do discurso

Significante vazio, discurso, ponto nodal, hegemonia e cadeia de equivalência são, destacadamente, as categorias mais presentes, com protagonismo, também, para o antagonismo e a ideia de articulação. Assim, os achados endossam as colocações de Howarth e Stavrakakis (2000), Spicer e Böhm (2007), para quem a articulação de discursos em torno de significantes é crucial para o estabelecimento de uma disputa pela hegemonia.

Nos movimentos de resistência analisados na literatura, o significante vazio é entendido como o signo que, ao ser esvaziado de um sentido restrito, torna-se capaz de representar uma multiplicidade de demandas distintas. Funciona como um horizonte de identificação comum, viabilizando a formação de cadeias de equivalência entre grupos diversos. Um exemplo é o termo “Parque Gezi”, destacado por Mert (2016) na análise dos protestos ocorridos na Turquia em 2013. Originalmente designando apenas um parque de grande importância simbólica no centro cultural de Istambul, “Gezi” transformou-se em um significante vazio e, ao mesmo tempo, em ponto nodal, já que fixou, articulou e deu coesão a diferentes demandas que se opunham aos planos governamentais de construir um shopping center no local.

Esse protesto específico expandiu-se e se transformou em um movimento de resistência nacional contra políticas ambientais e urbanas hiper desenvolvimentistas do governo turco. Mert (2016) mostra que o significante vazio atua, nesse caso, como um “espelho”: ao se esvaziar de sua particularidade original, permite que diferentes grupos vejam nele o reflexo de suas próprias demandas, forjando identidades coletivas em torno de um ponto de referência comum. Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, conforme destaca Laclau (2011), um significante sem significado, ou seja, um termo que, ao se esvaziar e se destituir de seu sentido particular, torna-se capaz de aglutinar diferentes demandas e expectativas não totalmente fixadas ou contempladas pela estrutura discursiva hegemônica. Para Laclau (2011), essa abertura só é possível diante da impossibilidade de significação plena: “[...] um significante vazio só pode surgir se há uma impossibilidade estrutural da significação e apenas se essa impossibilidade puder significar uma interrupção (subversão, distorção etc.) da estrutura do signo (Laclau, 2011, p. 68).

Ademais, o uso de conceitos como significante vazio, ponto nodal e cadeia de equivalência está relacionado à identificação de como determinados discursos articulam demandas distintas e constroem uma identidade coletiva a partir da oposição a um inimigo comum, ou seja, por meio da lógica do antagonismo. A busca pelo estabelecimento de uma identidade coletiva se dá justamente através das distintas articulações discursivas, as quais podem ser entendidas como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178). Além disso, a análise das mais distintas práticas discursivas passa pela compreensão da lógica política, sendo o antagonismo central para tal, já que um discurso só se constrói a partir da oposição a outro discurso que ameaça sua existência, ou seja, a partir de uma operação política antagonônica (Laclau; Mouffe, 2015). Um exemplo disso pode ser encontrado no trabalho de Navumau (2019), o qual analisa a dinâmica dos discursos

contra-hegemônicos na Bielorrússia e os desafios que as denominadas “Ações Silenciosas” colocaram às noções estabelecidas.

Já o conceito de articulação, em geral, é utilizado para demonstrar a identificação de demandas coletivas comuns não atendidas que geram insatisfação e que acabam dando sentido às ações empreendidas. Nos termos de Laclau e Mouffe (2015, p. 142-3) articulação é “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória”. No caso específico do trabalho de Navumau (2019), as demandas do movimento que o autor analisa não são somente reivindicações isoladas, mas elementos que articulam uma visão de mundo que acaba construindo discursivamente a identidade do movimento coletivo.

No que se refere ao conceito de discurso, em geral, na análise dos processos de resistência, ele é compreendido como o resultado do agenciamento de diferentes sujeitos articulados coletivamente, de forma temporária, em oposição a determinados pontos nodais hegemonicamente estabelecidos (Navumau, 2019). Tal perspectiva vai ao encontro da conceituação dada por Laclau e Mouffe (2015) acerca desse conceito, sendo o discurso, para os autores, a totalidade estruturada que resulta de uma prática articulatória. O discurso, então, é o que dá significado ao mundo social, um significado sempre contingente e precário (Laclau; Mouffe, 2015). Isso quer dizer que não existe um fechamento total do discurso, já que os mesmos sempre resultam de práticas articulatórias entre diferentes elementos (Laclau; Mouffe, 2015).

No que se refere à noção de contra-hegemonia, ela é mobilizada para evidenciar como determinados discursos conseguem articular demandas diversas em oposição à ordem hegemônica dominante no campo da discursividade. Importante destacar que, na TPD, o que está em jogo nas disputas hegemônicas travadas no campo discursivo é a busca por preencher um determinado sentido, por fixar, ainda que parcialmente, um determinado significado (Laclau, 2007, p. 545). É, segundo Laclau (2007), esse processo de “fixação parcial da relação entre significantes e significados” que pode ser denominado de hegemonia. Ocorre que os significados nunca podem ser totalmente fixados, ou seja, os fenômenos sociais nunca são completamente acabados ou suturados, abrindo espaço para constantes lutas sociais sobre definições acerca da sociedade e das identidades (Jorgensen; Phillips, 2002). Nesse sentido, a contra-hegemonia não se limita a uma postura de negação ou oposição, mas também se configura como uma tentativa de construção de uma alternativa discursiva à ordem vigente, como demonstram Kenis e Mathijs (2014).

Conceitos importantes da TPD, como deslocamento, sedimentação, elemento/momento, foram menos mobilizados, o que pode acabar trazendo limitações quanto à compreensão da resistência enquanto um processo político em sua complexidade e com a profundidade que permita perceber as diferentes nuances desse processo.

Como a resistência é compreendida?

Em geral, a resistência está frequentemente associada a uma reação discursiva, resultante de uma prática articulatória, ao que está hegemonicamente posto, ou seja, a ordem social dominante. A resistência, como fruto de uma reação discursiva, nem sempre é colocada enquanto produtora de novos sentidos. Isso porque a maioria dos estudos acaba enfatizando o processo de resistência enquanto prática de contestação, pouco explorando movimentos que buscam construir alternativas a partir da construção de projetos contra-hegemônicos. Nesse sentido, pode-se acabar reduzindo a resistência a mero embate de discursos, sem que se adentre em aspectos importantes desse processo, tais como a análise de como significantes são disputados e quais justificativas sociais atreladas a eles, como são formadas cadeias de equivalências entre diferentes sujeitos e como, porventura, elas se dissolvem, como os sujeitos se constituem enquanto sujeitos políticos no processo de mobilização da resistência. Isso revela a importância de compreender a resistência também como prática contra-hegemônica, ou seja, como uma intervenção que busca desestabilizar significantes e evidenciar a contingência da ordem dominante, ainda que não resulte necessariamente na rearticulação de uma nova hegemonia.

Mert (2016) destaca que, nos movimentos de resistência e contra-hegemonia, observa-se uma tentativa de politizar e polarizar o espaço social por meio da lógica do antagonismo “nós versus eles”. Essa estratégia, fundamentada na lógica da equivalência, busca construir uma unidade discursiva entre elementos distintos, vinculando suas diferentes demandas sociais em torno de um inimigo comum, geralmente representado pelos discursos hegemônicos. No contexto da hegemonia, por outro lado, prevalece a estratégia da lógica da diferença, ou seja, uma estratégia que busca amenizar ou eliminar a polarização política por meio da superação dos antagonismos, seja pela sua assimilação, cooptação ou concessões (Mert, 2016).

Além disso, de acordo com Tafon (2018), a resistência está associada à noção de contingência radical como condição ontológica da vida social, a qual evidencia a inerradicabilidade do poder e do conflito. Trata-se do espaço da contestação por parte de vozes marginalizadas, que têm a capacidade de expor o caráter político dos discursos hegemônicos (Tafon, 2018). O autor ressalta ainda que os momentos de deslocamento, ou seja, aqueles em que uma data ordem deixa de fazer sentido a partir da identificação de uma negação exterior da identidade (Laclau, 1990), são fundamentais para a constituição da subjetividade política de grupos sociais marginalizados, pois são nesses momentos que se abrem possibilidades para novas articulações e formas de identificação.

Nesse sentido, a resistência emerge não apenas como contestação pontual, mas como expressão das fissuras e brechas deixadas pela própria hegemonia. Kenis e Mathijs (2014), com base na TPD, argumentam que toda hegemonia é, por definição, excludente e são justamente essas exclusões que produzem antagonismos e abrem espaço para a formação de práticas contra-hegemônicas. Assim, a contra-hegemonia nasce das margens da ordem dominante, articulando demandas excluídas na busca pela construção de alternativas discursivas.

Além disso, é importante destacar que a resistência está vinculada a atos de identificação que são, por natureza, temporários e contingentes. Tais atos têm o potencial de reconfigurar os significados hegemônicos associados à causa ou à identidade de um grupo, ao introduzirem novos sentidos e deslocarem as articulações dominantes (Jones; Jones; Grint, 2016).

Spicer e Bohm (2007) inserem a questão da resistência a partir dos estudos de movimentos sociais, e invocam a TPD como forma coerente de analisá-los. Os autores definem os movimentos sociais como desafios coletivos de pessoas com propósitos comuns e solidariedade, sustentado na interação entre elites, oponentes e autoridades. À época da realização do trabalho, os autores apontavam para a existência de certas características: a) estes movimentos são focados em desafios coletivos que envolvem grupos coerentes de pessoas; b) são mantidos por um sentido de propósito comum e solidariedade, o que Laclau e Mouffe (2001) chamam de cadeias de equivalência; c) os movimentos sociais chamam nossa atenção para como a resistência pode envolver uma relação substancial com grupos dominantes.

Nesse contexto, pode-se perceber que a resistência, a partir da lente da Teoria Política do Discurso, não pode ser compreendida como uma simples oposição¹, mas uma produção discursiva que envolve a construção de uma unidade política, a partir da articulação e da criação de lógicas da equivalência. De acordo com Laclau e Mouffe (2015, p. 205), a equivalência cria um sentido em que “as diferenças cancelam-se mutuamente na medida em que são usadas para expressar algo idêntico subjacente a todas elas”. A organização da resistência, envolve, ademais, a produção de sujeitos² e de sentidos enquanto uma luta contra o hegemônico. Isso significa que os movimentos de resistência não apenas se colocam contra o discurso dominante, mas buscam construir novas significações e desafiar/tensionar a fixação (precária e contingente) dos sentidos que predominam.

Por fim, cabe ressaltar que o que aqui é tratado como resistência aparece, nos artigos analisados, também nomeado como contra-hegemonia ou luta hegemônica, evidenciando diferentes nuances para se referir a processos de disputa discursiva.

Estratégias de resistência

Compreender os movimentos de resistência enquanto um processo também organizativo, envolve olhar mais atentamente para as estratégias utilizadas, uma vez que estas nos remetem àquilo que se chama de processos articulatórios. Foi possível observar que, nos movimentos de resistência analisados nos artigos levantados, foram utilizadas e combinadas diferentes estratégias que se estendem desde práticas formais às informais, as quais utilizam

¹ Laclau e Mouffe (2015) ilustram, ao abordar o tema do antagonismo, que uma relação antagonística não se constitui em uma oposição real, exemplificando que “não há nada de antagonístico numa colisão entre dois veículos: ela é um fato material que obedece a leis físicas positivas” (p. 200).

² Posições de sujeitos no interior de uma estrutura discursiva. Isso porque, para Laclau e Mouffe, toda posição de sujeito é uma posição discursiva e compartilha caráter aberto de todo discurso (p. 190).

canais institucionais ou não, que combinam a busca por maior visibilidade às causas em disputa, ações mais técnicas e também a tentativa por gerar sensibilização e adesão de um maior número de sujeitos aos movimentos. Isso reforça a leitura da resistência, a partir da lente da TPD, enquanto prática articulatória, onde diferentes lógicas políticas convivem e se sobrepõem.

No estudo de Spicer e Böhm (2007), ao lançar os olhares para a organização de movimentos sociais, os autores afirmam que são muitas as estratégias que podem ser utilizadas em mobilizações de resistência. A partir disso, os autores propõem uma estrutura de análise com dois extremos, representando, de um lado, as estratégias políticas e, de outro, as estratégias infra-políticas de resistência. A distinção proposta por Spicer e Böhm (2007) entre estratégias políticas e estratégias infra-políticas tornou-se uma referência importante para a análise das diferentes táticas empregadas nos processos de resistência analisados nos artigos levantados neste trabalho. Observou-se, inclusive, que muitos movimentos combinam essas duas formas de ação.

As estratégias políticas compreendem formas oficiais e abertas de resistência. Normalmente, quando um movimento social adota uma estratégia política ele se insere em uma estrutura formalizada de organização de movimento social (Spicer; Böhm, 2007).

Tafon, Howarth e Griggs (2019) evidenciam as estratégias políticas adotadas por membros de uma ONG que discute o planejamento de ocupação do espaço marinho para geração de energia eólica na Estônia. Naquele caso, residentes apresentaram seus receios em relação ao projeto, demandando estudos científicos independentes para embasar seus argumentos e questionamentos em relação à proposta apresentada. Implementaram, ainda, medidas de contestação judicial do plano apresentado, institucionalizando o movimento na forma de uma ONG, visando defender os seus interesses. A criação de um slogan atuou como ponto nodal, visando articular diferentes interesses e demandas e identidades dos membros da ONG criada.

No extremo oposto, localizam-se as estratégias infra-políticas. Menos formalizadas e mais informais, facilitam a criação e a experimentação. Tipicamente, esses movimentos envolvem lutas por reconhecimento, cultura e justiça, incluindo questões econômicas, de gênero, ambientais, entre outras (Spicer; Böhm, 2007).

A realização de eventos com a participação de especialistas, a produção de um documentário e de adesivos para carros são exemplos de estratégias infra-políticas adotadas por integrantes de movimentos que militam pela construção de usinas eólicas em Wolfhagen, na Alemanha. O grupo ainda promoveu a instalação de um mastro para medições científicas acerca do vento da região, convertendo-se no maior equipamento do tipo em toda a Europa e fornecendo dados atualizados gratuitamente (Otto; Leibenath, 2014).

Ao analisarem o movimento Slow Food, Van Bommel e Spicer (2011) sugerem que seus membros lançaram mão de estratégias políticas próprias dos movimentos sociais, principalmente no início de sua existência, tais como manifestações públicas, entrevistas publicadas na mídia e relacionamento com consumidores. Ainda assim, estratégias consideradas por eles como infra-políticas (Spicer; Böhm, 2007) também foram adotadas,

como por exemplo, degustações em mercados locais, em jardins de escolas, excursões e publicações de guias de comida e vinhos. Engajamento com servidores públicos locais também foram utilizados como estratégias menos formais de atuação do movimento. Importante ainda ressaltar que alguma tentativa, mesmo que rudimentar, de estruturação de escritórios mundiais também foram observadas. Com a expansão do movimento, estratégias políticas informais (Spicer; Böhm, 2007) continuaram a ser adotadas, tais como eventos de integração e mercados ou feiras de fazendeiros ou produtores locais. De maneira clara, o movimento vai se tornando cada vez mais proeminente na esfera política oficial e, à medida que ele cresce, ele se torna cada vez mais popular. Em resumo, neste estudo de caso, foi possível observar com clareza, conforme os autores, a adoção de estratégias de movimentos sociais no período inicial de sua existência, mas depois ele aplica ambas abordagens infra-políticas e políticas (Spicer; Böhm, 2007).

De forma semelhante, o trabalho de Popartan et al. (2020) sobre as disputas em torno do abastecimento de água em Barcelona mostra uma variedade de formas de ação como: ação reclamatória contra a prefeitura, banners em frente à prefeitura (inimigo) e manifestações em frente ao espaço do inimigo. Os grupos locais focam em questões locais em suas lutas e coordenam ou se organizam com a central em Barcelona para campanhas nacionais e mensagens políticas importantes. Os dados analisados ainda demonstram a força ou poder decorrente da obtenção do financiamento por parte de uma das organizações participantes do movimento de resistência.

Gleiss (2017), por sua vez, ao analisar as estratégias utilizadas por organizações não governamentais trabalhistas chinesas para reformulação do espaço político enquanto espaço discursivo, apontou para estratégias discursivas como a rearticulação de elementos de discursos que já haviam sido utilizados pelo Estado, com intuito de agregar novos significados a significantes já utilizados - para se abrir espaço a manifestação de novas demandas. Um exemplo foi a adoção do jargão sociedade harmoniosa, lançado pelo ex-presidente Hu Jintao, para se referirem ao seu trabalho com trabalhadores migrantes como algo que promove a harmonia social, ao invés de ameaçá-la. Além disso, recorria-se, com apoio de mídias sociais, a estratégias evasivas como humor ou polifonia, bem como ao questionamento de discursos sedimentados, expondo a contingência das articulações de sentidos existentes, e a tentativa de desafiar a compreensão hegemônica de espaço político propagada pelo Partido Comunista Chinês.

Estratégias de contra-hegemonia também foram analisadas por Navumau (2019) ao estudar os protestos conhecidos como “Ações Silenciosas” na Bielorrússia. Sua análise evidencia como novas práticas discursivas deram origem a mudanças nas técnicas de organização dos protestos, reinterpretando conceitos centrais, como o foco na chamada “luta de rua” (Navumau, 2019). O artigo mostra que, nas décadas de 1990 e 2000, as ações contra-hegemônicas privilegiavam a realização de manifestações e marchas em praças públicas (lutas de rua), entendidas como condição para tornar o protesto visível aos cidadãos bielorrussos e observadores ocidentais (Navumau, 2019). Essas mobilizações, em geral, eram organizadas por líderes da oposição ou por atores civis articulados.

No entanto, diante da queda no número de participantes e da redução da força dos protestos, novas técnicas passaram a ser mobilizadas sobretudo com a utilização das mídias sociais como fonte de discursos contra-hegemônicos. Sobre os novos protestos intitulados de “Ações Silenciosas” no contexto bielorusso, em 2011, Navumau (2019) destaca a importância da auto-organização espontânea, do uso de novas técnicas como o silêncio calculado, os aplausos e as caminhadas pacíficas pelas ruas, além da recusa explícita à representação por líderes políticos formais. Além disso, o autor destaca o uso ativo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como central para divulgar, organizar e sustentar o movimento (Navumau, 2019). Esse estudo também contribui para evidenciar que a disputa pela hegemonia perpassa pela utilização de meios de comunicação e redes sociais, sobretudo como uma estratégia de ampliar o alcance e difusão do discurso e conquistar apoio e novas alianças.

Outrossim, no âmbito da organização dos processos de resistência observados nos artigos analisados, pode-se perceber como os movimentos produzem significantes vazios que possibilitam a adesão de diferentes indivíduos e grupos ao movimento em uma cadeia de equivalência. Mert (2016), por exemplo, ilustra a articulação de grupos diversos (LGBTQIA+, feministas, religiosos, elites, minorias étnicas) em torno do significativo vazio “Parque Gezi”. Já Popartan et al (2019) mostra como diferentes atores se engajaram em processos de resistência à privatização da água em Barcelona no movimento denominado “Água é vida”. Dentre esses atores encontram-se ativistas que já tinham envolvimento em outros movimentos sociais, dentre eles engenheiros e ecologistas, organizações ambientais e outras organizações não ambientais emblemáticas. Nesse contexto, a articulação se deu em torno do significativo vazio “água”, associando-o a ideias como: água é vida, água é democracia, água é direitos, água é bem comum. Diante disso, destaca-se a importância da construção de significantes fortes que sejam capazes de gerar maior identificação dos sujeitos com a causa, ampliando, assim, a cadeia de equivalência.

Assim, não se trata de apontar limitações no uso de dados secundários, os quais são fonte importante para captar sentidos, deslocamentos discursivos e antagonismos, mas de sugerir que o aprofundamento por meio de dados primários, como entrevistas, observação participante ou etnografias, pode enriquecer a compreensão de aspectos mais dinâmicos e relacionais, como os processos de identificação, a formação de alianças e os modos de organização da resistência.

A resistência como construção discursiva de equivalência

A potência da resistência reside na capacidade de articular demandas distintas em torno de um significativo vazio que represente tais demandas, ainda que de forma temporária e parcial. Spicer e Böhm (2007) destacam que as formas mais interessantes de resistência envolvem conexões novas sendo criadas entre diferentes movimentos, formando lógicas de equivalência entre diferentes lutas. Para os autores, essas novas conexões entre os movimentos são estabelecidas por meio de estruturas mobilizadoras comuns, enquadramento de demandas comuns e emoções coletivas. O caso do “Água é Vida”, por exemplo, mostra

como resistências específicas (acesso à água) ganham força ao se conectar com outras lutas (direito à cidade, antineoliberalismo, justiça ambiental) (Popartan et al., 2020). Ao estabelecer vínculos com outros grupos e indivíduos e ampliar a cadeia de equivalência, além da identificação de um inimigo em comum, esses diferentes grupos acabam também compartilhando e somando em termos de estratégia, de estrutura e formas de mobilização. Ou seja, acaba-se ampliando, ao agregar novos grupos à articulação da resistência, a própria capacidade de disputar a hegemonia, permitindo que uma pauta, inicialmente pontual, se torne expressão de uma disputa política mais ampla. Nesse sentido, podemos dizer que a articulação é também uma prática organizativa, que envolve construção de vínculos, compartilhamento de demandas e estratégias, delineamento de formas de mobilização, entre outros.

Nesse sentido, a articulação de grupos diversos em torno de significantes vazios – como “Parque Gezi” ou “Água é vida” – mostra que a resistência, tendo como pano de fundo a TPD, depende da capacidade dos grupos suspenderem temporariamente suas diferenças, transformando a heterogeneidade em equivalência política, ou seja, a favor de algo partilhado, maior e mais forte que as particularidades. Argumenta-se, portanto, que, para que se possa compreender a resistência, é importante olhar tanto para os enunciados (pronunciamentos, publicações, entre outros), quanto para os agenciamentos entre sujeitos, alianças formadas e práticas que as sustentam.

Tal fato pode ser ilustrado a partir do estudo de Mert (2016) acerca dos protestos que ocorreram em toda Turquia no verão de 2013. Como relata a autora, os protestos ganharam uma ampla dimensão e acabaram articulando, em uma mesma cadeia de equivalência e em torno do significativo vazio “Parque Gezi”, distintas identidades, que até então não estavam juntas, mas que foram antagonizadas. Muitas dessas identidades faziam parte de grupos tradicionalmente marginalizados da sociedade, tais como o movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer (LGBTQ), trabalhadores do sexo, alevitas, curdos, os deslocados (os pobres urbanos e os ciganos), não-muçulmanos e feministas. Mobilizaram, também, a elite republicana, os liberais progressistas e muçulmanos anticapitalistas, ativistas ambientais e ecologistas. Enfim, um pluralismo que caracteriza o que Spicer e Böhm (2007) buscam teorizar quando destacam as conexões entre diferentes movimentos e as combinações de diferentes resistências frente a novas disputas. Tal fato traz à tona também a necessidade de identificar e nomear os grupos/indivíduos envolvidos nas articulações, como forma de personificar a resistência.

A análise da organização desses movimentos de resistência enquanto processo, incluindo suas estratégias, é que permitirá compreender os agenciamentos envolvidos na disputa hegemônica. Isso implica em olhar para a resistência como resultante de um evento articulatório, que emerge em momentos de deslocamento, ou seja, na medida que um discurso, ou uma dada ordem, deixa de fazer sentido ou não consegue mais dar conta das demandas emergentes. Nesse contexto, o deslocamento torna-se de suma importância à análise dos processos de resistência, já que ele cria o desconforto com a ordem existente, a qual deixa de fazer sentido, abrindo espaço para surgimento de novas articulações. Nos

termos da Teoria Política do Discurso, o deslocamento ocorre quando uma determinada estrutura discursiva não dá conta de processar, semantizar algo novo, ou seja, quando surge um elemento que escapa à significação (Mendonça, 2014). Isso gera uma crise, pois desestabiliza o discursivo, revelando seus limites de sentido (Mendonça, 2014).

Outrossim, a partir da análise dos artigos, foi possível identificar que o envolvimento de grupos e indivíduos que possuem experiências prévias em outros movimentos de resistência parece indicar um fortalecimento da capacidade organizativa do movimento de resistência atual, seja na elaboração de estratégias, ampliação das equivalências e alianças, formas de mobilização, entre outras. Há, portanto, um indício de que processos de resistência são também processos que se alimentam de trajetórias anteriores, de saberes e experiências acumuladas, como evidenciou a pesquisa Popartan et al. (2020) sobre o movimento “Água é vida”.

Spicer e Böhm (2007) sugerem uma agenda de pesquisa que inclui investigar as combinações mais comuns em determinados contextos, o sucesso de cada combinação de resistência, os vínculos organizacionais entre os diferentes movimentos e, mesmo, como as cadeias de equivalência entre as diferentes formas de resistência se desfazem. Portanto, abdicar de uma investigação rigorosa sobre os modos de organização destes movimentos limita a contribuição ao campo, eis que não auxilia na elucidação de pontos cruciais para a compreensão do fenômeno das lutas contra-hegemônicas.

Percebe-se, a partir do exposto que, para compreender a organização da resistência, é fundamental mapear os vínculos que tornam possível a articulação entre diferentes sujeitos, às condições de emergência de solidariedades políticas e as formas como cadeias de equivalência se sustentam ou se desfazem ao longo do tempo.

Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi analisar de que forma a Teoria Política do Discurso (TPD) vem sendo mobilizada como lente teórica central para compreender processos de contestação e resistência. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico da produção acadêmica nacional e internacional, buscando aprofundar o debate acerca da organização da resistência, identificando aspectos como principais estratégias utilizadas, objetos privilegiados e discussões mobilizadas. A partir dessa revisão, algumas considerações conclusivas podem ser destacadas.

Inicialmente, a partir da análise dos aspectos gerais da produção acadêmica analisada, evidenciou-se que a utilização da Teoria Política do Discurso para compreender processos de contestação e resistência é recente e encontra-se em expansão, estando concentrada sobretudo na última década. Essa concentração nos últimos anos parece sugerir uma resposta à realidade atual marcada pela intensificação de antagonismos sociais geradores de conflitos, tensões políticas e reações contra-hegemônicas, em que a utilização de abordagens pós-estruturalistas e não essencialistas se mostram cada vez mais pertinentes. Temáticas contemporâneas como disputas urbanas, conflitos socioambientais, processos de

municipalização de recursos, contestação de megaprojetos de infraestrutura mostram como os movimentos de resistência têm se constituído como objeto de interesse para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. A utilização da TPD para a compreensão de temáticas como as citadas sugere, ademais, o reconhecimento da complexidade da dinâmica dessas lutas e uma abertura para o uso de teorias pós-fundacionalistas e pós-estruturalistas.

Destaca-se, também, a forte concentração de produções de autores vinculados a universidades europeias e publicadas em periódicos desta região, especialmente do Reino Unido, o que se explica, em parte, pela origem da teoria e pelo vínculo institucional de Laclau e Mouffe em universidades britânicas. Ainda assim, observa-se uma presença crescente de trabalhos na América Latina, mais especificamente no Brasil, o que é significativo tendo em vista esse é um contexto que tem sido palco de importantes disputas simbólicas e materiais que desafiam continuamente discursos hegemônicos, o que reforça o potencial da TPD como lente para buscar compreender a contingência e precariedade das formações políticas e discursivas, em especial em contextos de países em desenvolvimento.

Ainda que se tenha identificado o predomínio do uso de algumas categorias centrais da TPD, como significante vazio, ponto nodal, lógica de equivalência e antagonismo, percebeu-se também um uso ainda restrito de outros conceitos igualmente importantes, especialmente quando se busca compreender movimentos de resistência, tais como deslocamento, identidade e identidade coletiva, os quais são de suma importância para ampliar a compreensão de processos identificatórios e de articulação.

O conceito de deslocamento, por exemplo, de acordo com a Teoria Política do Discurso, refere-se ao momento em que uma dada ordem discursiva apresenta seu limite de sentido, experimentando uma crise que a coloca radicalmente em xeque (Mendonça, 2014). Quando há um deslocamento, há uma desestabilização do discurso que, por seu turno, abre caminho para novas possibilidades de sentido. Em momentos de ruptura, em que ocorre um deslocamento e a estrutura discursiva se mostra instável devido a contingência do social, os sujeitos são impelidos a fazer escolhas e tomar posições (Santos, 2017). Já a noção de identidade está relacionada à forma como sujeitos políticos se reconhecem e se constituem em torno de demandas comuns a partir de uma dada prática articulatória. A prática articulatória é, nesse contexto, aquela que estabelece a união, a articulação, ainda que parcial, entre identidades (elementos), antes dispersos, tornando-os, assim, momentos em relação à articulação estabelecida (Laclau; Mouffe, 2015; Mendonça; Rodrigues, 2008). Isso significa que os sujeitos não possuem uma única identidade ou uma única essência. O campo da política requer identidades múltiplas e distintas formas de identificação (Mouffe, 2003). Derivando daí o conceito de identidades coletivas, identidades essas formadas a partir da lógica da equivalência, onde cada sujeito, conforme destacam Laclau e Mouffe (2015), articulado em uma unidade discursiva suspende temporariamente suas diferenças em prol da busca pelo alcance de um objetivo comum. Argumenta-se que explorar essas dimensões pode contribuir significativamente para revelar camadas menos visíveis da organização da resistência.

Ademais, tendo em vista que processos de identificação/articulação são um elemento importante no estudo da resistência a partir da lente da Teoria Política do Discurso, um aspecto importante e pouco explorado nos trabalhos analisados refere-se à elucidação das posições de sujeito que os indivíduos/organizações pesquisados ocupam. Importante destacar que as posições de sujeitos são constituídas “[...] dentro de determinada estrutura discursiva, essencialmente instável, uma vez que está submetida a uma variedade de práticas articuladoras que a subvertem e transformam constantemente (Mouffe; 1996, p. 106). Deste modo, personificar a luta, ou seja, saber quem são os indivíduos/organizações que lutam, seu histórico, sua relevância enquanto atores do campo discursivo em disputa, são alguns dos aspectos fundamentais na compreensão das disputas políticas e da resistência.

Observou-se, também, que, apesar dos trabalhos refletirem a respeito de importantes disputas e lutas sociais ocorridas em vários países e contextos diferentes, foram poucos os autores que aprofundaram e detalharam a dinâmica dessas lutas, evidenciando a maneira como as articulações ocorreram e como foram construídas. Ainda que a TPD traga elementos que auxiliem na compreensão da resistência, sendo tal fato evidenciado através dos estudos analisados, a mesma não possibilita chegar à discussão da organização, embora os casos tratem disso. Tal fato abre um leque de possibilidades para desenvolvimentos futuros que elucidem questões pertinentes ao estudo das organizações, tais como: Quais estratégias são utilizadas no processo de resistência? O quanto utilizam estratégias mais ou menos institucionalizadas? Como são tomadas as decisões? Como se dão os processos de comunicação?

Para finalizar, destaca-se que foi possível evidenciar, a partir das análises feitas, o potencial teórico e analítico da Teoria Política do Discurso para a investigação da resistência nas suas múltiplas formas e nos mais diferentes contextos e áreas de estudos.

A resistência, tal como mobilizada nos estudos analisados, se manifesta como fenômeno eminentemente coletivo, construído discursivamente por meio de cadeias de equivalência que unem sujeitos e demandas heterogêneas em torno de significantes que se esvaziam para possibilitar identificação comum.

Argumenta-se, a partir do que foi analisado, que a emergência de movimentos de resistência implica mais do que simples reação à lógica dominante. Processos de resistência demandam articulação coletiva, práticas comunicativas e estratégias que mobilizam recursos, experiências acumuladas, conexões entre grupos (formais e informais) e sujeitos e conhecimento (muitas vezes técnico), além do uso de mídias e redes sociais como meios de visibilidade, mobilização e disputa simbólica. Nessa direção, destaca-se a importância das experiências prévias em outros movimentos coletivos e das redes que atravessam diferentes lutas, potencializando alianças e fortalecendo a construção de identidades coletivas.

Observou-se, ainda, que a maioria dos estudos analisados tende a explorar a contestação à hegemonia como reação pontual, enquanto processos contestatórios, mas poucos aprofundam como essas resistências se organizam para buscar consolidar novas ordens discursivas, ou seja, para construir uma hegemonia alternativa. Essa lacuna evidencia a necessidade de abordar a resistência sob uma perspectiva que vá além da denúncia ou

reação pontual a determinada ordem que contraria uma certa forma de pensar ou agir em locais, espaços e territórios específicos. Isso porque práticas de resistência podem não apenas confrontar, mas também consolidar novas formas de organização social, reconfigurando significantes, estabelecendo modos de vida, alianças e condições materiais que sustentem práticas sociais alternativas.

Entender a resistência enquanto uma luta contra-hegemônica implica em colocar um projeto em disputa, o que requer a geração de uma cadeia de equivalência, ou seja, implica na formação de uma articulação coletiva que pressuponha a contestação de algo. Toda prática discursiva é política e, portanto, é disputa, o que envolve o estabelecimento de práticas articulatórias alternativas, buscando desafiar o que está hegemonicamente posto, lançando luz aos antagonismos que todo discurso possui. A resistência, ademais, possibilita ilustrar que significados e estruturas, aparentemente fixas, são produzidas socialmente através dos discursos e sua hegemonização acaba por marginalizar e restringir outras alternativas (Josefsson; Blomberg, 2020).

Diante do exposto, os resultados apresentados indicam o potencial da Teoria Política do Discurso para compreender a resistência como processo dinâmico, articulatório e contingente, que evidencia a instabilidade de toda ordem social. Apontam também para a importância de pesquisas futuras que aprofundem o olhar sobre os modos de organização, as estratégias de comunicação, os processos de identificação e as condições materiais que viabilizam ou limitam a constituição de novas hegemonias.

Referências

- ASHRAF, M. J.; MUHAMMAD, F.; HOPPER, T. Accounting signifiers, political discourse, popular resistance and legal identity during Pakistan Steel Mills attempted privatization. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 60, p. 18-43, 2019.
- ATKINS, E. Dams, political framing and sustainability as an empty signifier: The case of Belo Monte. *AREA*, v. 50, n. 2, p. 232-239, 2018.
- BARCELLOS, R. M. R.; DELLAGNELO, E. H. L. A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo. *Organizações & Sociedade*, v. 21, n. 70, p. 405-424, 2014.
- BARCELLOS, R. M. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. Práticas organizacionais e o estabelecimento de lógicas de equivalência: o Circuito Fora do Eixo à luz da Teoria Política do Discurso. *Revista de Administração*, v. 49, n. 4, p. 684-697, 2014.
- BASTOS, A. F. D.; MELLO, S. C. B. Creating Leisure Places: Political struggles for the ressignification of the paulista avenue. *Podium-Sport Leisure And Tourism Review*, v. 6, n. 1, p. 43-61, 2017.
- CASADO, J. A. R. The Pandemic and its Repercussions on Taiwan, its Identity, and Liberal Democracy. *Open Cultural Studies*, v. 5, n. 1, p. 149-160, 2021.
- CHAZEL, L.; VÁZQUEZ, G. F. Podemos, at the origins of the internal conflicts around the 'populist hypothesis': a comparison of the theoretical production, public speeches and militant

- trajectories of Pablo Iglesias and Íñigo Errejón. *European Politics & Society*, v. 21, n. 1, p. 1-16, 2020.
- FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. *Revista ACB*, v. 21, n. 3, p. 533-550, 2016.
- FERNS, G.; AMAESHI, K. Fueling Climate (In)Action: How organizations engage in hegemonization to avoid transformational action on climate change. *Organization Studies*, v. 42, n. 7, p. 1005-1029, 2021.
- FILIMONOV, K.; CARPENTIER, N. Beyond the state as the ‘cold monster’: the importance of Russian alternative media in reconfiguring the hegemonic state discourse. *Critical Discourse Studies*, v. 19, n. 5, p. 490-505, 2022.
- FRASER, A. Post-populism in Zambia: Michael Sata's rise, demise and legacy. *International Political Science Review*, v. 38, n. 4, p. 456-472, 2017.
- GIDLUND, U. Why teachers find it difficult to include students with EBD in mainstream classes. *International Journal of Inclusive Education*, v. 22, n. 4, p. 441-455, 2018.
- GLEISS, M. S. Discourse, political space and the politics of citizenship. *Norwegian Journal of Geography*, v. 71, n. 4, p. 233-242, 2017.
- HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*. Manchester: Manchester University Press, 2000. p. 1-23.
- JONES, S. S.; JONES, O. S.; GRINT, K. Putting the discourse to work: On outlining a praxis of democratic leadership development. *Management Learning*, v. 47, n. 4, p. 424-442, 2016.
- JORGENSEN, M.; PHILLIPS, L. *Discourse Analysis as Theory and Method*. London: Sage Publications, 2002.
- JOSEFSSON, I.; BLOMBERG, A. Turning to the dark side: Challenging the hegemonic positivity of the creativity discourse. *Scandinavian Journal of Management*, v. 36, n. 1, 2020.
- KENIS, A.; MATHIJS, E. Climate change and post-politics: Repoliticizing the present by imagining the future?. *Geoforum*, v. 52, p. 148-156, 2014.
- LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. O direito à cidade e a produção do espaço entre discursos: a luta pela significação na “recuperação” de ambientes urbanos. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 9, n. 3, p. 543-558, 2017.
- LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r] existência. *Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020.
- LACLAU, E. Discourse. In: Robert E. Goodin, Philip Pettit (Ed.). *A companion to contemporary political philosophy*. Austrália: Blackwell Publishing, 2007.
- LACLAU, E. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- LACLAU, E. *New Reflections on the Revolution of our Time*. London: Verso, 1990.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2. ed. London; New York: Verso, 2001.
- MELLO, S. B. C.; CORRÊA, M. I. S.; SILVA, S.H. F.; GUERRA, K. R. S. A natureza política dos sistemas tecnológicos: reflexões sobre os sistemas de bilhetagem eletrônica. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 3, n. 2, p. 181-196, 2012.
- MENDONÇA, D. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: Edupucrs, 2008. Cap. 2, p. 35-51.
- MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria política do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 135-145, jun. 2003.
- MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, p. 255-264, set./dez. 2007.
- MENDONÇA, D. Antagonismo como identificação política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 205-228, 2012.
- MENDONÇA, D. de. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 91, p. 135-167, 2014.
- MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- MERT, A. The trees in Gezi Park: environmental policy as the focus of democratic protests. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 21, n. 5, p. 593-607, 2019.
- MOUFFE, C. *En Torno a lo Político*. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- MOUFFE, C. *La paradoja democrática: el peligro del consenso em la política contemporánea*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- MOUFFE, C. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de sociologia e política*, p. 11-23, 2005.
- NAVUMAU, V. Social Media as a Source of Counter-Hegemonic Discourses: Micro-Level Analysis of the Belarusian "Silent Actions" Protest Movement. *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, v. 27, n. 3, p. 287-317, 2019.
- NORVAL, A. J. Trajectories of future research in discourse theory. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*. Manchester: Manchester University Press, 2000. p. 219-236.
- OTTO, A.; LEIBENATH, M. The interrelation between collective identities and place concepts in local wind energy conflicts. *Local Environment*, v. 19, n. 6, p. 660-676, 2014.
- POPARTAN, L. A. et al. Splitting Urban Waters: The Politicisation of Water in Barcelona between Populism and Anti-Populism. *Antipode*, v. 52, n. 5, p. 1413-1433, 2020.
- SANTOS, J. M. L. "Porque a cidade é feita pelas pessoas": uma análise do discurso do movimento social direitos urbanos. 2017. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.

- SANTOS, J. M. L.; MELLO, S. C. B. "For a "Recife Possível": The Counter-Hegemonic Social Utopia of the Urban Rights Movement. *Revista De Direito Da Cidade-City Law Review*, v. 13, n. 3, p. 1292-1326, 2021.
- SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: Theorizing struggles against the hegemony of management. *Organization studies*, v. 28, n. 11, p. 1667-1698, 2007.
- TAFON, R. V. Taking power to sea: Towards a post-structuralist discourse theoretical critique of marine spatial planning. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 36, n. 2, p. 258-273, 2018.
- TAFON, R.; HOWARTH, D.; GRIGGS, S. The politics of Estonia's offshore wind energy programme: Discourse, power and marine spatial planning. *Environment and Planning C: Politics And Space*, v. 37, n. 1, p. 157-176, 2019.
- TREGIDGA, H.; MILNE, M.; KEARINS, K. Ramping Up Resistance: Corporate Sustainable Development and Academic Research. *Business & Society*, v. 57, n. 2, p. 206-244, 2018.
- VAN BOMMEL, K.; SPICER, A. Hail the Snail: Hegemonic Struggles in the Slow Food Movement. *Organization Studies*, v. 32, n. 12, p. 1717-1744, 2011.

Recebido em: 15-08-2025

Modificado em: 19-10-2025

Aceito em: 10-01-2026

Alice Franz

Professora Substituta de Administração na Universidade Federal do Rio Grande. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo Observatório da Realidade Organizacional - UFSC. E-mail: alicefranz1@gmail.com

Eloise Helena Livramento Dellagnelo

Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doutora em Engenharia de Produção e Mestre em Administração. Fundadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da UFSC. E-mail: eloiselivramento@gmail.com

Felipe Amaral Borges

Mestre pelo CPGA/UFSC, doutor pelo PPGA/EA/UFRGS, professor adjunto na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, membro do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da UFSC. E-mail: ffbamaral@gmail.com

Monique Nascimento

Mestre pelo PPGA/UFSC, doutora pelo PPGA/UFSC, membro do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da UFSC. E-mail: moniquenn@gmail.com